



Comissão de Economia, Obras Públicas,  
Planeamento e Habitação

Registo E\_COM6XV/2022/75  
Data 03/11/2022

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de de Economia, Obras**  
**Públicas, Planeamento e Habitação**

**Deputado Afonso Oliveira,**

**Assunto:** Audição do Sr. ministro da Economia e do Mar

A 2 de julho de 2020, num briefing de Conselho de Ministros, o então sr. ministro da economia, Pedro Siza Vieira anunciava a nacionalização da maioria do capital da Efacec (71,73%) que estava nas mãos de Isabel dos Santos, e afirmava que “é uma empresa centenária, com uma reputação de excelência na engenharia portuguesa”. “É uma empresa que tem um volume de negócios significativo, que teve resultados positivos no ano passado. É uma empresa com viabilidade no mercado”.

Nesse mesmo mês, o Governo lançou o processo de reprivatização da empresa, para a venda da participação de 71,73% que o Estado assumiu na sequência de um problema na estrutura acionista relacionada com o envolvimento de Isabel do Santos no Luanda Leaks.

Entretanto, passaram dois anos, todo o processo de nacionalização foi um desastre, alegadamente o Governo injetou 115 M€ e não conseguiu resolver a situação da empresa, já que, aparentemente, o problema não estava apenas na estrutura acionista da Efacec. Da enorme lista de interessados na compra da empresa, todos desistiram, sobraram apenas duas empresas interessadas, uma das quais grupo o DST.

A 25 de março de 2022, foi formalmente assinada a intenção de venda direta da participação de 71,73% que o Estado detinha na Efacec ao grupo DST, mas, de acordo com informações trazidas a público, o Governo falhou o prazo para venda da empresa



GRUPO PARLAMENTAR

justificando que a reprivatização “não foi concluída com a alienação da referida participação social, dado não se terem verificado todas as condições necessárias à concretização do Acordo de Venda”, mas não identificaram as razões deste desfecho.

Mais, no debate do Orçamento do Estado para 2023, o ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, disse que o Governo estava a trabalhar numa solução para a Efacec e indicou que anunciará “brevemente” uma posição pública, vincando ser “fundamental” encontrar uma “solução para a empresa”, sublinhando: “estamos a aproximar-nos de uma fase de decisões”. “A minha mensagem é de tranquilidade e de trabalho, que estamos a fazer juntamente com o Ministério das Finanças para chegarmos a uma solução”, quando alegadamente já sabia que a reprivatização iria falhar.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata todo o processo relacionado com a reprivatização da Efacec pelo Governo está envolto em falta de transparência, opacidade e ausência de soluções, pelo que é fundamental esclarecer dúvidas que subsistem.

Mas, importa ainda esclarecer o porquê do ministro, ocultar informação ao Parlamento sobre a reprivatização, quando, alegadamente, já sabia que o negócio iria falhar, já que, de acordo com a imprensa, o Governo já sabia há dias que grupo DST não podia avançar com a compra e que o processo de reprivatização já tinha sido abortado.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.<sup>a</sup> o agendamento de uma audição a realizar na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, com carácter de urgência, ao Sr. ministro da Economia e do Mar para esclarecer o falhanço no processo de reprivatização da Efacec.

Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2022



GRUPO PARLAMENTAR

## **Os Deputados**

Paulo Rios de Oliveira

Márcia Passos

Jorge Salgueiro Mendes

Afonso Oliveira

Hugo Carneiro

Luís Gomes

António Prôa

António Topa Gomes

Carlso Eduardo Reis

Patrícia Dantas

Alexandre Poço

Bruno Coimbra

Jorge Paulo Oliveira

Nuno Carvalho

Paulo Moniz

Rui Cristina